**FAMÍLIA E ESCOLA: UMA PARCERIA NECESSÁRIA PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

**LEILA ROCHA DA FONSECA SOARES**

**ABATIÁ**

**2017**

**FAMÍLIA E ESCOLA: UMA PARCERIA NECESSÁRIA PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

**LEILA ROCHA DA FONSECA SOARES**

Artigo científico apresentado a Faculdade FAVENI como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Deficiências Múltiplas e Intelectuais.

**ABATIÁ**

**2017**

**RESUMO**

A deficiência teve marcos histórico no decorrer dos tempos, não sendo aceito por diversas sociedades e por vezes considerado “castigo” dos deuses. Após muitas discussões acerca deste assunto, foi reconhecido o direito das pessoas com deficiência, pois a mesma é pertencente a sociedade. As contribuições acometidas após a convenção de Salamanca muito se foi conquistado, principalmente o de ser incluso no âmbito escolar normativo. Contudo, para que o ensino/aprendizagem ocorra é preciso uma parceria entre família e escola. A família deve estruturar de maneira responsável o psíquico da criança com deficiência, preparando-a para vida em sociedade. Reconhecendo que a família é primeiro grupo social que a criança faz parte, este primeiro estágio de sua vida deve prepara-la para interação social. Outro aspecto fundamental é de manter uma relação com a escola favorecendo a rotina e o ambiente escolar, tornando-o o mais próximo da realidade familiar, essa aproximação da família permite que a criança se sinta segura, trazendo a consciência da capacidade de autonomia e de se desenvolver plenamente.

**Palavras - chave:** Deficiente; Família; Escola; Parceria.

# INTRODUÇÃO

O caminho percorrido pela inclusão social de pessoas com deficiência foi e é uma luta constante para que os direitos dos mesmos sejam respeitados. Reconhecer e valorizar a todo ser humano é sinal de uma sociedade intelectual, cultural e cidadã, ao ponto que esta não acolhe as diferenças deixa de ser sociedade para ser tão somente classes sociais, onde se é excluído aqueles que não são considerados “normais”, retirando de seu meio todos aqueles que não fazem parte de seu grupo tão seleto.

Pode-se afirmar que a História da deficiência traga questionamentos a luz do conhecimento, onde a sociedade se torna seletiva acolhendo somente aqueles que se encaixem ao perfil adequado deste ou daquele grupo social.

Faz-se imprescindível gerar dentro de toda a sociedade metodologias de acolhimento, abrigando as diferenças e trabalhando com elas, desenvolvendo dentro do âmbito escolar a aproximação da família, a grande responsável pela preparação inicial da interação social.

A família é a gestora do conhecimento cultural, e se reconhecer parte de um grupo permite que o deficiente seja integrado, primeiro dentro de seu próprio grupo e ali é preparado para vida social, nessa troca de saberes o que é intrínseco se aprimora, construindo bases e fundamentos para capacitação deste indivíduo. Esse subsídio encontrado na família será o responsável pela formação psíquica e emocional deste indivíduo, portanto, ressalta-se a importância de uma família estruturada, resguardando características que se adequem a outros grupos sociais, numa troca de informações e saberes construídos através de experiências culturais.

**1. BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA**

A história da deficiência é acarretada de momentos estritamente conflitantes e tristes, devido ao que se pensava a respeito de indivíduos que nasciam com alguma dificuldade específica, por vezes eram comparados a monstros, ou castigo dos deuses, sendo até mesmo abandonados nas florestas para morrerem. Temos a cidade de Esparta que arremessava em uma vala crianças que eram considerados “fora dos padrões” pelos anciãos, padrões que na época eram o de ter crianças saudáveis e fortes o suficiente para entrar para o exército.

Crianças fracas era sinal de morte, numa sociedade que a infância não era reconhecida. O senso de infância surgiu por volta da Idade Média, as crianças eram vistas como “mini adultos”, trabalhavam como adultos, por isso a necessidade de serem fortes para conseguir sobreviver diante da crueldade do mundo.

... algumas sociedades valorizavam muito a força humana para a guerra, para a agricultura, enfim dependiam dela para sua sobrevivência e viam a deficiência física como algo intolerável, descartando os deficientes físicos no momento do nascimento (Grécia e Roma antigas, dentre outras) (ROMERO, SOUZA; pág. 3093).

Durante muito tempo os indivíduos portadores de alguma necessidade eram excluídos da sociedade, mas durante a Idade Média o cristianismo trouxe uma nova visão para os portadores de alguma necessidade foram reconhecidos como pessoas com alma que precisavam de cuidados e de amor.

Os deficientes mentais ficavam diluídos na sociedade, uma vez que alguns podiam realizar serviços braçais e aqueles com comprometimentos mais severos eram cuidados pelas famílias. Como “a vida humana só tinha algum valor enquanto valorada pela nobreza, em função da utilidade que tivesse para a realização de seus desejos e satisfação de suas necessidades”, a vida dos serviçais pouco ou nenhum valor tinham e o tratamento era igual para os deficientes. Com o advento do cristianismo a deficiência foi atribuída a causas divinas; a sociedade passou a atribuir uma alma a todas as pessoas e a acreditar que todos mereciam um tratamento caridoso, mesmo que fossem deficientes (ROMERO, SOUZA; pág. 3093).

A religião nesse momento constrói valores e restitui processos onde a aflição era condicionada ao ser humano, fatídico e sem solução, mas com o surgimento do cristianismo a vida se torna mais humanizada, valorizando todos os seres como dignos de compaixão e cuidado.

Durante todo o período do feudalismo o divino era o critério de norma e valor, buscando-se respostas para as aflições humanas na religião. O clero detinha o conhecimento em suas mãos, e os deficientes não se destacavam numa sociedade que permanecia analfabetizada. Com a queda do feudalismo, a visão de mundo, de homem, de sociedade, de natureza e de história se modifica: “o natural, e não mais o divino, passa a ser critério de norma e valor, sendo, portanto, valorado ou (des)valorado tudo aquilo que é conforme a natureza”. (GUHUR, 1994, p. 80 apud ROMERO, SOUZA; pág. 3093).

Devido a essa nova perspectiva as dificuldades específicas daqueles que portavam alguma necessidade foi reconhecida como doença e começam a surgir hospital para tratamento dos mesmos. *“No Séc. XVI surge o primeiro hospital psiquiátrico, um local de confinamento de deficientes, onde se verifica também uma primeira tentativa de tratamento da deficiência, baseado no que havia de desenvolvimento da ciência na época: alquimia, magia e astrologia”* (ROMERO, SOUZA; pág. 3093).

Com o surgimento dos hospitais psiquiátricos os deficientes foram internados, pois a necessidade de mão de obra cresceu ao processo de industrialização, nesse momento as famílias foram obrigadas a trabalhar, assim não podendo deixar sozinhos aqueles que necessitam de cuidados.

Essa mudança da visão da sociedade onde o “natural” passa a ser o critério de norma e valor juntamente com a criação das instituições caracteriza o primeiro paradigma da sociedade em relação ao deficiente: a institucionalização. Os deficientes eram levados para hospitais psiquiátricos, eram tirados de circulação, pois, como as famílias, agora proprietárias de seus corpos e força e trabalho, precisavam trabalhar na industrialização nascente e não podiam mais cuidar dos considerados inválidos, havia que se buscar um lugar para eles (ROMERO, SOUZA; pág. 3094).

Ao passar do tempo apareceram discussões a respeito dos direitos humanos, e além das grandes despesas que os hospitais geravam os cuidados com os pacientes era desumano, afetando a saúde física e mental dos pacientes, tudo isso implicava no reconhecimento dos direitos dos deficientes que deveriam ser preparados para a vida social.

No começo do século XX começam a questionar a institucionalização, pois “se reconhece que a vida na instituição era desumanizadora, afetava a auto-estima, tornava os pacientes impossibilitados de viver em sociedade, os tratos não eram adequados e era muito dispendioso para o governo manter essa massa improdutiva segregada” (Silva, 2003, p. 7), ao mesmo tempo em que cresciam as discussões sobre os direitos humanos e começava-se a reconhecer os direitos dos deficientes (ROMERO, SOUZA; pág. 3094).

Portanto, surgem escolas para preparar o deficiente para desenvolver-se em seu meio social, capacitado para exercer uma vida dita normativa. *“Neste momento caracteriza-se o segundo paradigma: de serviços, que tem como idéia principal a integração. As instituições deixam de ser locais de confinamento e passam a ter a função de preparar o deficiente para o convívio em sociedade, preparando-os para o trabalho e desenvolvendo sua auto-suficiência”* (ROMERO, SOUZA; pág. 3094).

Desenvolver a criança com deficiência é indispensável para que a mesma possa ter uma vida normal, podendo usufruir de seus direitos como cidadã e parte de seu meio social, realizando suas atividades diárias com autonomia sem necessidade de ter cuidados constantes. Esse é o papel da escola, da família e da sociedade, de possibilitar recursos e metodologias de apoio e transformação para que a inclusão social aconteça de modo pleno.

**2. A FAMÍLIA E A ESCOLA**

A estrutura familiar vem se transformando ao decorrer do tempo, antigamente as mulheres cuidavam da casa e dos filhos e somente o pai de família sai para trabalhar. Devido às necessidades atuais e ao avanço tecnológico as mulheres deixaram suas casas e seus filhos nas escolinhas para trabalhar.

A busca de melhor condição de vida fez com que as mulheres adentrassem o mundo que era de exclusividade masculina, outros fatores como as separações e maternidade independente fizeram da sociedade dita “machista”, uma sociedade moderna e diferenciada, tornando-se capitalista onde a busca do lucro fez com que aumentasse a necessidade de mão de obra.

Devido à economia capitalista, os padrões foram quebrados e a família ganhou um estilo diferente. Esta transformação se deu de forma rápida e sem limites. A mulher agora não é mais dona do lar e precisa ajudar o marido com as finanças e os filhos são deixados na escola como forma de poupar tempo. A busca pelo dinheiro para manter a família toma o tempo que os pais tinham com os filhos (SOUZA, ALMEIDA; ?)

A ação de cada ser humano depende de seu convívio social, os grupos têm sua cultura e costumes, onde se constrói cada indivíduo, reconhecendo seu ambiente; a família se identifica, estabelecendo laços afetivos estruturando o psíquico da criança, e quando esses laços são quebrados a criança sofre, pois não consegue identificar outros códigos a não ser o de sua família.

... o ser humano realiza ações de ordem externa, que serão analisadas pelas pessoas com quem convive, segundo os significados estabelecidos culturalmente. A partir dessa análise, será possibilitado ao sujeito conferir significados às suas ações e, paralelamente, desenvolver processos psicológicos internos, que podem ser interpretados por ele mesmo a partir dos instrumentos colocados pelo grupo social do qual participa e compreendidos através dos códigos partilhados pelos membros desse grupo (PORTELA, ALMEIDA; 2009).

A estrutura familiar estabelece a socialização entre os indivíduos, pois ao se perceber parte de um contexto a criança está preparada para fazer parte de outros grupos sociais e interagir com estes.

... o desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que realiza num certo grupo cultural, através da interação que estabelece com os outros indivíduos da sua espécie. Para esse autor, é o aprendizado que possibilita e movimenta o processo de desenvolvimento, isto é, o aprendizado é o aspecto necessário e universal, uma espécie de garantia do desenvolvimento das características psicológicas especificamente humanas e culturalmente organizadas (VYGOTSKY apud PORTELA, ALMEIDA; 2009).

A relação onde um adulto está sendo o espelho da criança fornecendo a base para o seu desenvolvimento permite a assimilação de costumes e atividades próprias do ambiente do qual ele está inserido, é um processo de educar, o adulto/família é responsável pela formação do caráter, da ética, dos bons costumes, qualidades que se constrói com o exemplo dentro de casa.

Essa análise revela a importância básica da relação social no desenvolvimento psíquico, como a fonte de onde a criança recebe o material para a formação das qualidades psíquicas de sua personalidade. É nessa relação mediada pelo adulto que a criança se apropria do patrimônio cultural acumulado pela sua sociedade. Essa apropriação se realiza através da atividade da criança na relação com os objetos e fenômenos do mundo que a rodeia, nas relações práticas e verbais com as pessoas e nas atividades conjuntas que realiza com elas. Dessa forma, as qualidades psíquicas, nas quais se apoia a atividade da criança, não surgem, mas se formam durante o processo de socialização e educação (PORTELA, ALMEIDA; 2009).

Os vínculos familiares constroem no indivíduo base para uma vida social equilibrada, onde se expressam de modo afetuoso, com respeito as demais culturas encontradas em seu meio social, isso se deve a estrutura gerada pelo convívio social acontecido dentro dos lares estáveis, famílias estruturadas emocionalmente conseguem criar filhos com características próprias, ou seja com a cultura familiar estruturada nos valores e nos bons costumes.

A família configura-se como uma instituição socializadora, como célula básica da sociedade, cuja importância é decisiva no desenvolvimento do indivíduo. Proprietária de uma característica não comum às outras instituições, a família possibilita a realização de vínculos filiais expressos em relações afetivas e emocionais entre seus membros, difíceis de se encontrar em outros ambientes sociais, pois o ser humano, ao nascer, já se encontra integrado numa família específica, com características próprias, pertencente a uma determinada cultura e ocupando uma posição socioeconômica definida dentro de um certo grupo cultural. Ainda mais, ele já nasce com um lugar, de certa forma, predeterminado dentro do grupo familiar (PORTELA, ALMEIDA; 2009).

A família tem a função de ser a mediadora social, construindo pontes entre a criança e a sociedade, construindo bases sociais que permitam que essa criança possa conviver de maneira sadia e responsável perante as problemáticas sociais, essa construção emocional capacita a interação com os demais indivíduos que compõe o corpo social, os laços adquiridos dentro do seio familiar permite que se possa educar a criança para a vida em sociedade, contribuindo para a formação de um cidadão consciente.

Ressalta-se que especialistas de diversas áreas – pedagogos, psicólogos, médicos, sociólogos, entre outros – comprovam como os comportamentos familiares constituem premissas básicas no desenvolvimento da personalidade do indivíduo, a começar pela aquisição de formas simples de comportamento, que passam a formas mais complexas, como as normas e os valores, até chegar à transmissão da herança cultural própria tanto da família como da sociedade. Com isso, pode-se considerar a família como uma instância mediadora entre o indivíduo e a sociedade na qual se encontra inserido (PORTELA, ALMEIDA; 2009).

Cada ser pertence a um grupo social, no qual estabelecem vínculos afetivos e emocionais capazes de construir o psíquico de qualquer ser humano, o ambiente familiar é grande contribuidor para o fortalecimento de pensamentos, ou seja, o ser humano se constrói emocionalmente, psiquicamente e socialmente tendo base àqueles que o cercam, os adultos responsáveis por essas crianças tem o poder de transformar estas naquilo que quer, tamanha responsabilidade é o de se ter uma família, portanto esta necessita ser bem estruturada para cooperar positivamente na vida de uma criança, demonstrando com atitudes positivas as diversas problemáticas das quais nossa sociedade está repleta.

Para uma melhor compreensão do papel da família no desenvolvimento psíquico da criança, são fundamentais as contribuições de Lev Semionovich Vygotsky. Segundo a teoria sóciohistóricocultural, formulada por esse autor, o indivíduo se constitui como ser devido aos processos de maturação orgânica e, principalmente, através de suas interações sociais, a partir das trocas que estabelece com seus semelhantes, as quais dão origem a suas formações psíquicas. Assim, para esse teórico, as funções psíquicas superiores do ser humano estão vinculadas ao aprendizado e à apropriação do legado cultural de seu grupo (PORTELA, ALMEIDA; 2009).

No processo de aquisição da cultura, a família tem o papel de ser mediador na construção cultural, o conhecimento é algo que se partilha antes ser individual, por meio das relações estabelecidas da criança com os demais de seu convívio se apropriam da cultura num processo de construção constante.

Segundo essa teoria, o referido patrimônio cultural, nas suas formas material e simbólica, consiste num conjunto de valores e conhecimentos que a humanidade construiu no decorrer de sua história. Entretanto, para que o indivíduo possa se apropriar desse conhecimento, necessária se faz a mediação com os outros, especialmente com aqueles mais experientes do seu grupo cultural. Nesse contexto, o conhecimento, antes de existir como próprio, existe como conhecimento compartilhado. A relação da criança com os objetos do conhecimento está mediatizada pelas relações que estabelece com os adultos ou com outras crianças; só em seguida é que essas relações estarão mediatizadas pelos conhecimentos próprios, ou seja, pelas representações mentais que se estruturam e reestruturam durante o processo de apropriação da cultura (PORTELA, ALMEIDA; 2009).

Todo grupo social tem códigos próprios, os indivíduos estabelecem significados que são desenvolvidos por ações que permitem a construção psicológica interna, tendo uma interpretação pessoal e individual.

Ou seja, a princípio, o ser humano realiza ações de ordem externa, que serão analisadas pelas pessoas com quem convive, segundo os significados estabelecidos culturalmente. A partir dessa análise, será possibilitado ao sujeito conferir significados às suas ações e, paralelamente, desenvolver processos psicológicos internos, que podem ser interpretados por ele mesmo a partir dos instrumentos colocados pelo grupo social do qual participa e compreendidos através dos códigos partilhados pelos membros desse grupo (PORTELA, ALMEIDA; 2009).

De acordo com o artigo 58 da Declaração de Salamanca (1994):

As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis [...]. É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias [...]. Quando nos referimos a um enfoque abrangente e a um compromisso renovado, incluímos as alianças como parte fundamental.

Em qualquer situação o educador deve ter aspectos norteadores, reconhecendo que as práticas educativas e as metodologias devem considerar que em cada deficiência há uma necessidade específica, mas que pode ser desenvolvida satisfatoriamente desde que sua construção psicológica tenha sido plenamente preparada por seu ambiente familiar, onde a cultura foi construída e estabelecida dentro de seu contexto primordial.

... não se pode negar que a cegueira ou a surdez são deficiências de ordem biológica; entretanto o educador tem de enfrentar não somente esse aspecto, como também as suas consequências sociais.

Assim, o conhecimento sobre a estrutura do defeito deve se constituir no aspecto norteador da prática pedagógica com os alunos com necessidades educativas especiais (VYGOTSKY apud PORTELA, ALMEIDA; 2009).

A transmissão da herança cultural segundo Vygotsky é um privilégio da família, tendo o poder de transmitir ao indivíduo os elementos essenciais para formação individual, desenvolvendo os aspectos coletivos, ampliando os aspectos formativos principalmente quando a criança tem alguma deficiência, contudo nessa construção social a escola também desenvolve aspectos sociais, mas não consegue realizar seus objetivos quanto a esse assunto de maneira individual e sim com o auxílio da família. Nesse momento a identidade cultural se identifica com a identidade social, a inclusão fica dependente, portanto, de como ocorreu à formação que a criança teve dentro de seu grupo social de origem (PORTELA, ALMEIDA; 2009).

## 2.1. A diversidade e a inclusão

Compreendendo a inclusão educacional, esta depende de: *“... uma efetiva implementação do modelo inclusivo na educação, faz-se necessária uma profunda reorganização escolar, que requer, entre outras medidas, a redução do número de alunos por turma, nova infraestrutura e a construção de novas dinâmicas educativas* (SAMPAIO, SAMPAIO; 2009)”. A escola deve se adaptar totalmente para receber esta demanda que necessita de um cuidado especial.

A socialização da criança com deficiência de forma inclusiva é essencial, por oportunizar consequências positivas, desenvolvendo questões relativas as diferenças, onde o trabalho em grupo acarreta diversos benefícios para a criança, reconhecendo na diferença infinitas possibilidades de se conceber algo novo.

O reconhecimento dos benefícios da escola inclusiva para a criança com deficiência em termos de socialização e autonomia é quase uma unanimidade nos relatos. Outra consequência positiva da inclusão ressaltada por elas é a oportunidade criada pela interação entre a criança com e sem deficiência, para que sejam trabalhados não só questões relativas a diferenças, direitos e deveres, mas também o incentivo ao trabalho em grupo (SAMPAIO, SAMPAIO; 2009).

O ser humano quando se vê em situações que exigem dele atitudes onde se leva a pensar, este toma iniciativas para resolver estes dilemas, isso contribui para o desenvolvimento de diversos aspectos na criança, principalmente naquelas que possuem alguma dificuldade, ou deficiência, tornando-as capazes de enfrentar situações/problemas superando seus limites.

... as pessoas precisam ser colocadas em situações problemas, situações desafiadoras, para aprenderem a viver o desequilíbrio cognitivo e emocional. Sem os conflitos cognitivos as pessoas não conseguem tomar consciência dos problemas a serem resolvidos nem da sua capacidade para enfrenta-los e superá-los (ABENHAIM, pág. 239).

A luta pela sobrevivência sempre tornou o ser humano capaz de superar seus próprios limites, isso se torna significativo em relação ao contexto educacional da pessoa com deficiência.

2.2 O PAPEL DO MEDIADOR

A educação para alcançar seus objetivos tende a se adequar cada vez mais as necessidades individuais de cada aluno, compreendendo questões culturais pertencentes a cada grupo, tamanha responsabilidade senão apoiada por toda a sociedade não conseguirá desenvolver por completo seu papel dentro do âmbito social, a responsabilidade pela formação deve visar a oportunidade de frequentar uma escola que priorize a qualidade do ensino, para tanto é preciso investimento na infraestrutura, nos materiais didáticos, nas metodologias, na formação continuada de professores, para que a educação seja de qualidade e igualitária.

... para que a aprendizagem resulte em desenvolvimento precisa decorrer de um processo educativo fundado em três princípios: equidade – direito à igualdade de oportunidade considerando o atendimento às diferenças individuais e a igualdade de valor entre as pessoas; pertinência – consideração, pela política educacional, das questões culturais para que todos sejam respeitados e se percebam pertencentes ao grupo, apesar das diferenças; excelência – responsabilidade com a educação de qualidade para todos ( DELORS, apud ABENHAIM, pág. 240).

Ao ser apresentado a criança situações/problemas o mediador deve utilizar instrumentos adequados, contribuindo para que nas diferenças se possa crescer. O ambiente influencia no desenvolvimento humano, a interação com as diversas culturas comportam ideias de como as mudanças beneficiam o crescimento da criança.

... a capacidade do ser humano de modificar a estrutura do seu funcionamento cognitivo para adaptar-se às diversas situações de vida. Percebendo todo ser humano como um sistema aberto, acessível a mudanças ao longo da vida, com diferenças individuais de desenvolvimento. Afirma que o desenvolvimento humano se dá através da interação do sujeito historicamente situado com o ambiente sociocultural onde vive exigindo a presença de mediador humano e de instrumentos adequados (ABENHAIM, pág. 240).

Ensinar não é um fazer mecânico, e para *“... que ocorra a aprendizagem o processo educativo precisa propiciar experiências que possibilitem a construção ativa do individuo e que tenham significado e transcendência contribuindo para o ajuste a novas situações”* (ABENHAIM, pág. 240).

O mediador de conhecimento deve estar atento as novidades, tendo sempre o intuito de inovar nos métodos, recorrendo a recursos diferenciados considerando cada deficiência ou dificuldade. *“A capacidade é indispensável para a interação da pessoa com o conteúdo presente. Potencialmente a capacidade está presente em todas as pessoas, cabe ao mediador verificar a capacidade naquele momento e buscar meios ou instrumentos de mediação que contribuam para seu desenvolvimento”* (ABENHAIM, pág. 240)*.*

Deve ser considerada a função do mediador, este ao desenvolver metodologias tem que apresenta-las de maneira que o aluno consiga autonomia. O mediador é a ponte entre aluno e conhecimento, a maior contribuição de um mediador é de orientar o processo de aprendizagem ao ponto dele não mais ser necessário.

A orientação diz respeito à ação do mediador e do mediado. Inicialmente o mediador é o responsável por prover os meios para que ocorra a interação do mediado com o meio. A intervenção do mediador deve contribuir para a construção da autonomia do mediado e sua presença deve ser cada vez mais dispensável, até que a pessoa, anteriormente mediada, oriente-se no seu processo de aprendizagem (ABENHAIM, pág. 241)*.*

A contribuição do mediador para o desenvolvimento é o de promover a formação mental, utilizando as habilidades do aluno, permitindo o autocontrole das atitudes impulsivas, e assim favorecendo a aprendizagem.

O mediador deve contribuir para que o mediado desenvolva a consciência metacognitiva e possa utilizar espontaneamente estratégias cognitivas, desenvolva cada vez mais a consciência de suas habilidades mentais, que autoregule seus processos mentais e autocontrole a impulsividade possibilitando a generalização da aprendizagem (ABENHAIM, pág. 241)*.*

A aprendizagem depende da interação do indivíduo numa relação de maturação, o aluno não é mero recipiente a ser preenchido, mas na interatividade com o externo, onde o processo de mediação se estabelece como uma ação externa que atinge o intrínseco reestruturando-o.

Vygotsky (1994), contribui para a compreensão do pensamento de Feuerstein quando afirma que no processo de desenvolvimento e de aprendizagem o indivíduo não é mero recipiente a ser preenchido, nem mesmo um ser potencial, inatista, que teria nascido com o conhecimento a ser desenvolvido. Afirma ainda que o desenvolvimento não é a simples relação entre a maturação e o aprendizado. Ele defende que é nas interações que o ser humano estabelece com os outros e com o mundo, uma relação mediacional, que ele vai apropriando-se do real de forma ativa num processo de internalização; isto é, a reconstrução interna de uma operação externa (ABENHAIM, pág. 241)*.*

As funções cognitivas estabelecem relação entre o problema e a solução deste, permitindo a diferenciação entre comportamentos, permitindo uma relação entre realidade e hipótese, onde as estratégias agreguem condutas imprescindíveis para capacitação e elaboração e construção da autonomia por parte do deficiente. Estar preparado para agir em todas as situações abrange vários aspectos do ser humano, essa formação permite a capacidade de desenvolvimento de ações que constroem comportamentos adequados a cada situação, as atitudes dependem de uma estruturação emocional e psíquica extremamente responsável tanto por parte da família quanto da escola.

A eficiência das funções cognitivas de aproximação possibilita o desenvolvimento das funções cognitivas de elaboração que são: precisão e definição do problema, diferenciação entre dados relevantes e irrelevantes, comportamento comparativo espontâneo, ampliação do campo mental, percepção global da realidade, utilização da evidência lógica, interiorização do próprio comportamento, utilização do raciocínio hipotético-inferencial, desenvolvimento de estratégias para verificação de hipóteses, planejamento do próprio comportamento, conduta somativa, elaboração de categorias cognitivas e estabelecimento de relações virtuais. O desenvolvimento da capacidade para elaborar informações é imprescindível para a construção da autonomia e a consequente ação no mundo (ABENHAIM, pág. 242)*.*

A formação da identidade de cada ser humano é essencial, considerando que todos dependem da vida em sociedade para se desenvolver, estes aspectos devem agir de maneira positiva sobre o indivíduo, sem uma base sólida e sem a troca de conhecimentos são se obtêm os objetivos desejados.

**3.** **INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM**

Como já se foi discutido a influência da família no desenvolvimento da criança com deficiência é fundamental, deve ser um trabalho conjunto entre todos os membros deste grupo familiar para o grande êxito do procedimento de inclusão social do indivíduo com deficiência. A parceria entre escola e família deve ser realizado em um trabalho conjunto visando sempre o bem da criança, tornando o ambiente escolar mais acolhedor, assim a criança se desenvolve mais tranquilamente, pois tem o respaldo da família que a acompanha no seu desenvolvimento escolar.

A escola, depois da família, é o espaço primeiro e fundamental para o processo de socialização da criança. A inclusão das crianças e jovens portadores de deficiência na escola regular, com o apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário, faz parte da atual política educacional brasileira. Contudo, todo o trabalho realizado pela escola terá maior êxito, se acompanhado diretamente pelos membros da família dos deficientes. Esse trabalho de acompanhamento dá, primeiramente, segurança à criança e permite a ela desenvolver as suas habilidades de forma mais tranquila (HOLLERWEGER, SANTA CATARINA; 2014, pág. 10).

Desconhecer a importância da família na educação, principalmente na educação especial, traz consequências e: *“Alguns pais ainda não se conscientizaram da importância do apoio deles junto à instituição escolar de seus filhos, como também escolas que não incentivam essa parceria dos familiares na instituição”* (HOLLERWEGER, SANTA CATARINA; 2014, pág. 10). Com isso percebe-se a deficiência da aprendizagem e da inclusão, na observação das relações da família e da escola que não acontecem de maneira eficaz.

Sem a parceria entre família e escola o desenvolvimento e o rendimento escolar não serão o mesmo, para *“... a criança com necessidades educacionais especiais essa parceria é fundamental. A escola deve estreitar ao máximo essa relação, oportunizando um convívio maior dos pais dentro da escola para auxiliar no desenvolvimento” (HOLLERWEGER, SANTA CATARINA; 2014, pág. 10).*

A criança precisa de um ambiente propício para seu desenvolvimento, e a rotina contribui muito para o ensino/aprendizagem, para que a criança consiga reter informações ela precisa ter confiança, estando a família constantemente próxima amplia a visão da criança e sua aceitação do ambiente escolar acontece naturalmente.

... essa interação assume algumas funções, destacando-se: demonstração de amizade, passando confiança e coragem pra criança; pais cooperantes no processo de ensino-aprendizagem; tomada de conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento da criança e obtenção de informações do ambiente da casa e da rotina diária da criança (HOLLERWEGER, SANTA CATARINA; 2014, pág. 10).

O caminhar juntos: escola e família oportuniza aos deficientes a capacidade de se desenvolver em todos os aspectos, esse estreitamento da relação permite ao deficiente se sentir capaz de superar seus limites.

A oportunidade de convívio com pessoas não portadoras de deficiência torna possível uma vida de normalidade para o portador de deficiência, que pode se perceber como uma pessoa capaz e se desenvolver em todos os aspectos. Escola e família devem caminhar juntas no processo de aprendizagem (HOLLERWEGER, SANTA CATARINA; 2014, pág. 10).

Os estímulos adquiridos pela relação escola/ família é decisivo para construção da individualidade do sujeito, um esforço em conjunto traz uma relação que promove a diversidade cultural reconhecendo que cada individuo com suas características próprias tem a capacidade de se construir, de se identificar parte de um todo.

... a questão de os pais nunca desistirem de seus filhos assim como os professores nunca devem desistir de seus alunos, bem como, a escola deve aproximar-se a cada dia mais das famílias de seus alunos e formar com elas um trabalho de parceria. O trabalho com a família e o estímulo ao seu envolvimento constitui um fator decisivo no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, sendo indispensável para a construção da individualidade do sujeito como participante ativo da sociedade. Contudo, esse processo requer, para sua efetivação, a ação de múltiplos esforços e a participação de todos os segmentos da sociedade, de modo a se promover uma verdadeira mudança cultural em relação à diversidade e às potencialidades humanas (HOLLERWEGER, SANTA CATARINA; 2014, pág. 10).

Os esforços devem ser em conjunto, onde todas as esferas sociais devem trabalhar em favor da promoção do reconhecimento de todas as identidades sociais, reconhecer que cada grupo com suas especificidades podem contribuir para uma sociedade mais humana e igualitária.

**CONCLUSÃO**

Diante de uma sociedade tão avançada cientificamente, e das evoluções sociais em relação à inclusão social, percebe-se que ainda há resquícios de uma História repleta de tabus e de ideologias referente ao que é considerado normal.

A deficiência enquanto for tratada como algo “anormal” estará gerando pessoas egoístas e desumanas. Uma sociedade que não reconhece as diferenças como algo bom não está preparada para ter continuidade, esta está prestes a entrar em colapso.

O processo de interação se inicia dentro do seio familiar, se esta não aceita as diferenças está contribuindo para a resistência social referente as mudanças, a não aceitação da criança com deficiência contribui somente para exclusão e limitação desta, impedindo o desenvolvimento e negligenciando seus direitos de cidadão.

O ambiente familiar deve ser propicio para o desenvolvimento social, valorizando a individualidade e as peculiaridades de cada criança, a estrutura familiar acarreta para vida do deficiente vários aspectos em sua construção psíquica, considerando que se a família busca estar atenta a formação desta criança, ela se desenvolverá de maneira positiva, caso a criança não encontre apoio familiar seu rendimento será negativo, portanto a escola e a família devem estar atentas as necessidades destas e propiciar um ambiente tranquilo para que o processo ensino/aprendizagem aconteça plenamente.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABENHAIM, Evanir. Deficiência mental, aprendizagem e desenvolvimento. DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 354 p. ISBN: 978-85-232-0651-2. Available from SciELO Books. Acesso em 16/10/17

DECLARAÇÃO mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy\_of\_pdf/ decjomtien>>. Acesso em: 02/09/17

HOLLERWEGER, Silvana. SANTA CATARINA, Mirtes Bampi. A importância da família na aprendizagem da criança especial. Revista de Educação do Ideau. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/9_1.pdf> acesso em: 15/10/17

PORTELA, Claudia Paranhos de Jesus. ALMEIDA, Célia Verônica Paranhos de Jesus. Família e escolar: como essa parceria pode favorecer crianças com necessidades educativas especiais. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 148- 159.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva. SOUZA, Sirleine Brandão de. Educação inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf> acesso em: 17/10/17

SAMPAIO, Cristiane Teixeira. SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Convivendo com a diversidade: a inclusão escolar da criança com deficiência intelectual. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 71-78.

SOUZA, Dorotéia Alves de. ALMEIDA, Cesário Ferreira de. A importância da proximidade família e escola no desenvolvimento escolar da criança no ensino infantil.